

## A CULTURA COMO CAMINHO DE AFIRMAÇÃO, COESÃO E DESENVOLVIMENTO DAS GEOGRAFIAS DA INTERIORIDADE EM PORTUGAL

*La cultura como camino de afirmación, cohesión y desarrollo de las geografías de la interioridad en Portugal*

*Culture as a way of affirmation, cohesion and development of the interiority geographies in Portugal*

Luís Miguel Fonseca do NASCIMENTO

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Salamanca  
miguelnascimentocmf@gmail.com

**Resumo:** Este artigo aborda a questão da interioridade em Portugal, caracterizando uma geografia que representa quase 2/3 do país, onde se concentra apenas 20% da população e que evidencia sinais de desertificação muito fortes que resultaram de um processo de abandono, isolamento, desestruturação económica e social e de falta de coesão territorial que duram há décadas. Uma nova estratégia pretende agora mobilizar actores, públicos e privados, e estimular a cidadania para que se resgate a memória e se reforce a identidade e a esperança no futuro. Entre outros instrumentos em articulação no terreno esperam-se resultados da aposta na cultura como caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento do território interior de Portugal.

**Palavras-chave:** cultura; interioridade; desenvolvimento; coesão; território.

**Resumen:** Este artículo aborda la cuestión de la interioridad en Portugal, caracterizando una geografía que representa casi 2/3 del país, donde se concentra sólo 20% de la población y que evidencia señales de desertificación muy fuertes que resultan de un proceso de abandono, aislamiento, desestructuración económica y social y de falta de cohesión territorial que duran desde hace décadas. Una nueva estrategia pretende ahora movilizar a los actores, públicos y privados, y estimular la ciudadanía para que se rescate la memoria y se refuerce la identidad y la esperanza en el futuro. Entre otros instrumentos en articulación sobre el terreno se esperan resultados de la apuesta en la cultura como camino de afirmación, cohesión y el desarrollo del territorio interior de Portugal.

**Palabras claves:** cultura; interioridad; desarrollo; cohesión; territorio.

**Abstract:** This article deals with the question of interiority in Portugal, characterizing one geography that represents almost 2/3 of the country and where only 20% of the population is concentrated. This is a sign of desertification that have resulted from a process of abandonment, isolation, economic disruption and lack of territorial cohesion that have lasted for decades. A new strategy now aims to mobilize public and private actors and stimulate citizenship for one rescue of memory as well to promote the reinforcement of identity and hope in the future. Among other instruments in articulation in the terrain are expected results of one bet in the culture as a way of affirmation, cohesion and development of the interior territory of Portugal.

**Keywords:** culture; interiority; development; cohesion; territory.

### 1. INTRODUÇÃO

Portugal é um país assimétrico e um território que tem fronteiras internas de marginalidade geográfica. Cerca de 20 % da população reside numa faixa territorial que desenha, a par com a fronteira com Espanha, um território interior em processo de desertificação. Trata-se de um território debilitado economicamente, com fraca densidade demográfica, população envelhecida, que se vai esvaziando e desertificando. Vai morrendo aos poucos e perdendo a esperança. Há muito que se fazem diagnósticos e se apontam soluções de dimensão estratégica que nunca se concretizam por falta de meios e de articulação e os actores públicos e privados, a nível local, regional e nacional. O território da interioridade encontra-se no limiar da desertificação e a entrar num tempo decisivo para que a acção concertada, efectiva e eficaz possa tentar reverter o cenário actual. Neste sentido, o território interior tem que ser mais do que uma simples realidade geográfica, um espaço confinado, como lhe chamou o economista José Reis. Tem que ser um espaço de integração e de envolvimento, onde se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Estimula-se por isso a um novo olhar sobre o interior que promova a reconstrução destruindo a interioridade como defende o geógrafo João Ferrão ao mesmo tempo que insiste na ideia de

território como a última fronteira da cidadania. Neste tempo novo, mas de grande urgência, a mobilização de actores individuais e colectivos deve estar alinhada com tempos de partilha e co-responsabilização de linhas de rumo estratégicas que perspectivem o futuro de um território mais coeso, solidário e competitivo. A questão da cultura, do património, da identidade e da memória assumem particular relevância num tempo de grandes incertezas, de avanços e recuos, nomeadamente no que diz respeito ao projecto europeu do qual estes territórios das geografias da marginalidade tanto esperam. O cumprimento da cidadania na valorização do património pode contribuir para resgatar a memória e reforçar a identidade na construção de projectos, com sentido estratégico, que contribuam para eliminar as fronteiras do esquecimento e reverter o processo de desertificação em curso. Essa é a grande linha de esperança que este artigo pretende semear, apostando na cultura como factor de desenvolvimento dos territórios do interior. Os estudos dos especialistas citados no artigo demonstram que Portugal tem vocação para tornar a economia da cultura um vector estratégico. Espera-se também que esta capacidade, associada ao envolvimento dos actores locais, possa contribuir para o desenvolvimento do território interior. A recente criação, pelo governo, da unidade de missão para a valorização do interior, a aprovação do programa nacional para a coesão territorial e a definição de uma agenda para o interior são instrumentos que fazem renascer a esperança da geografia da marginalidade territorial. É ainda demasiado cedo para percebermos se esta estratégia dará frutos. Mas, para já, encontra eco e caminho numa lógica de partilha e de trabalho em rede que não deixe nenhuma instituição ou cidadão de fora de um processo que se deseja colectivo e abrangente. Considerando que a União Europeia, depositária da esperança destes territórios, consagrou o ano de 2018 ao património cultural, deseja-se que todas as vontades que parecem estar agora mobilizadas se alinhem com o território no sentido de contrariar e inverter o processo de desertificação que há muito o vem fustigando.

## 2. A QUESTÃO DA INTERIORIDADE EM PORTUGAL

A interioridade em Portugal representa o conjunto dos territórios do interior do país e também a evidência da sua assimetria geográfica. Actualmente, o âmbito de actuação do PNCT (Programa Nacional para a Coesão Territorial, aprovado em novembro de 2016) incide sobre 165 dos 278 municípios de Portugal continental, distribuídos por 21 das 23 NUT III (Nomenclatura de Unidade Territorial), com uma população de 2,2 milhões, cerca de 20% da população nacional, distribuída por 66.500 km<sup>2</sup>. A recente classificação destes territórios da interioridade teve por base uma abordagem multicritério que engloba a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, a socio-economia e as acessibilidades.

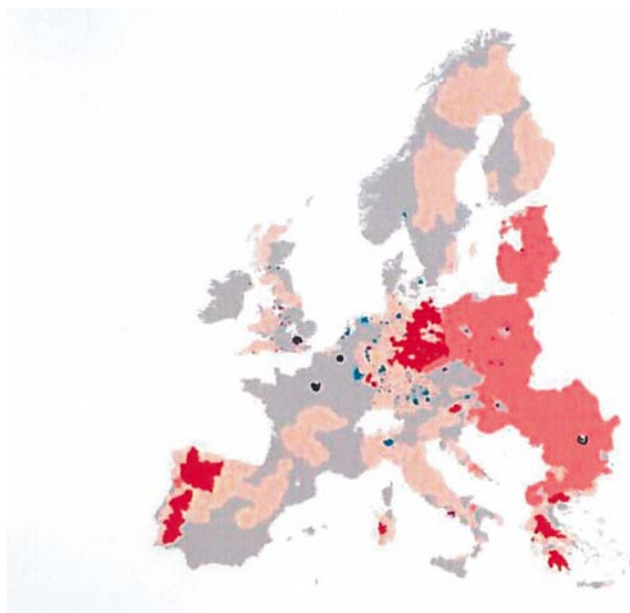
Com base neste enquadramento inicial importa referir que território interior de Portugal está cada vez mais parecido com a *Jangada de Pedra* de que falava Saramago. Não se trata da Península que se desprende da Europa (SARAMAGO, 2015) mas de uma faixa territorial que está cada vez mais desamparada e que parece desprender-se do mundo. Portugal é um território assimétrico e um país de *risco ao meio* como lhe chamou o jornalista e escritor Fernando Paulouro<sup>1</sup> (NEVES, 2012). Ao longo de décadas foram-se acentuando as diferenças entre interior e litoral que contribuíram para a existência de um país que corre a duas velocidades, com muita gente concentrada numa parte (litoral) e uma marginalidade geográfica evidenciada pelas regiões do interior (FERRÃO, 1997). À interioridade estão associados três elementos fundamentais: uma situação de subdesenvolvimento, uma causa principal que diz respeito ao isolamento e a dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral, e a uma consequência de enorme gravidade: a desertificação (FERRÃO, 1997).

O interior foi-se esvaziando ao longo do tempo. Foi perdendo população e oportunidades para alcançar o futuro e fingir o destino a que o território parece estar condenado desde há muito. As populações, envelhecidas e sem força anímica, sentem-se abandonadas à sua sorte. Os mais idosos vão morrendo, cumprindo os desígnios do tempo, os mais novos vão emigrando e o território vai-se transformando num imenso deserto e num quadro de uma tristeza profunda. Como não há gente vão fechando serviços públicos e vão-se cortando, um a um, os laços que ligam os cidadãos à administração central, regional e local. O encerramento de uma escola é sempre um sinal terrível para aqueles que ainda acreditam que é possível dar a volta à situação em que o interior se encontra. A falta de emprego e um baixo nível de vida faz com que os portugueses que vivem no interior procurem noutros territórios, dentro ou fora das linhas de fronteira, as oportunidades que aqui escasseiam. Neste sentido, a crise demográfica que Portugal atravessa assume contornos mais evidentes e desesperantes no interior. Os jovens partem à procura de melhor sorte. A regeneração populacional fica suspensa.

A fotografia da demografia regional é cada vez mais negra e vazia de esperança. O território vai ficando cada vez mais deserto. Há casas fechadas, vazias, sem vida. Há campos abandonados e edifícios que a cada inverno que passa perdem um pedaço da sua já débil estrutura. As saídas de pessoas são cada vez menos compensadas com regressos. Este cenário, diagnosticado há décadas, faz com que investigadores como geógrafo João Ferrão insistam muito no conceito de *marginalidade geográfica* das regiões do interior e a que é visível e evidente o desinteresse por parte do poder central

---

<sup>1</sup> Fernando Paulouro, jornalista e escritor, foi director do Jornal do Fundão, uma referência do jornalismo regional em Portugal, na Europa e na diáspora da lusofonia. Sendo um jornal de causas e Fernando Paulouro um grande exemplo de inquietação cívica, escreveu nesta tribuna dezenas de textos em defesa dos territórios do Interior e do seu direito à felicidade, à coesão e ao desenvolvimento. As suas crónicas deram origem aos dois volumes do “País Relativo – Portugal minha questão” que são citados neste artigo.



Regiões ultra-periféricas da Europa (Fonte: [www.pnct.gov.pt](http://www.pnct.gov.pt))

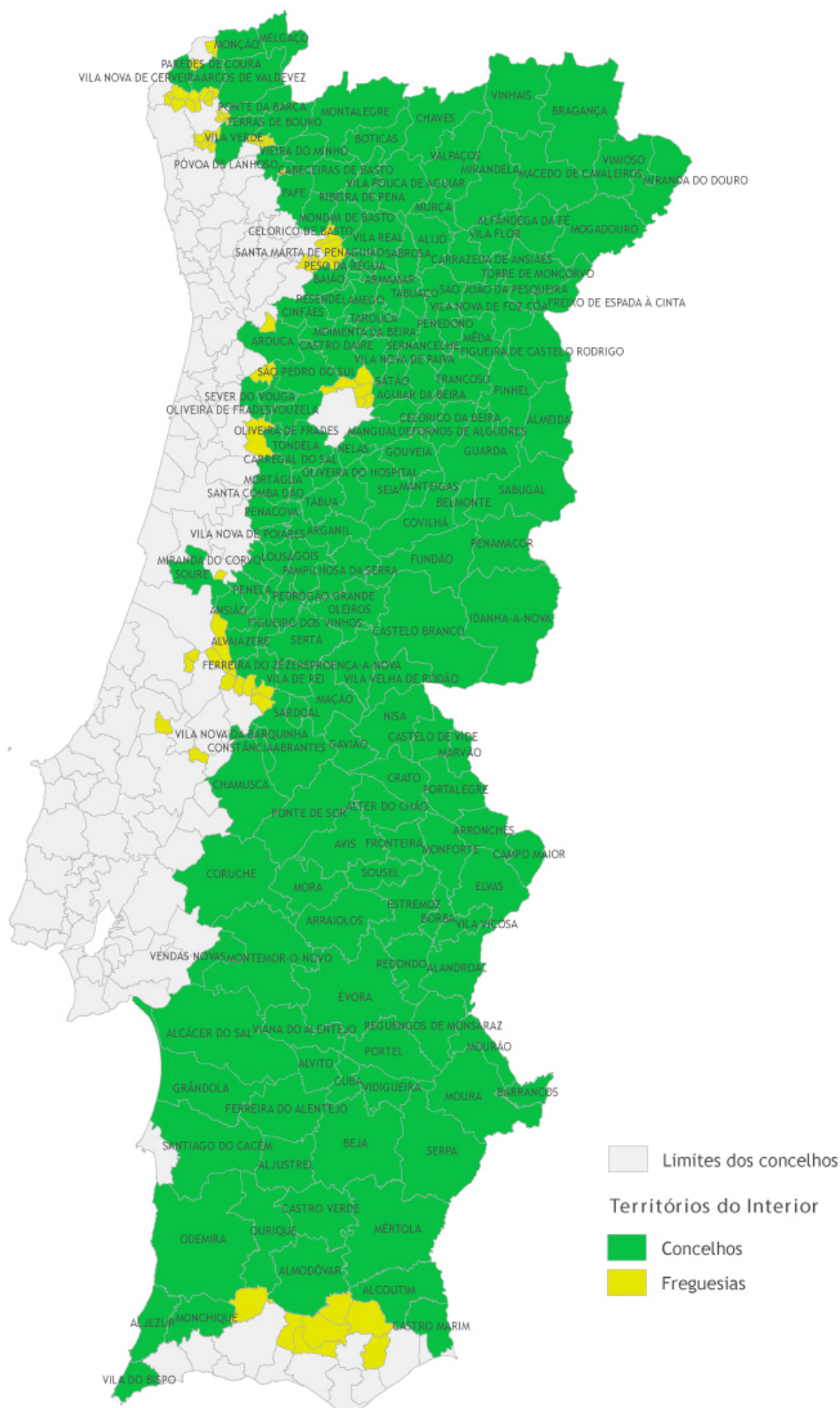
que, por sua vez, “levou a uma persistente sangria de gente, nomeadamente daqueles que, pelo seu capital escolar, cultural ou mesmo económico, mais necessários seriam para combater a situação deficitária existente.” (FERRÃO, 1997)

Em função destas circunstâncias o interior foi-se metamorfoseando num território estreito porque, entre outros, “perdeu capacidades que foram afirmadas noutras conjunturas mas não foram recicladas para novos desafios; porque as suas anteriores «economias de proximidade» se transformaram em «deseconomias de distância» criadas pelo aumento dos espaços vazios que fragmentam os actores e os recursos e que, por isso, tendem a tornar cada situação local num *ponto sem pontes* para o vizinho mais próximo. (REIS, 1997). O despovoamento, “agravado por uma crise profunda do sector agrícola, estimulou o abandono dos campos e a concentração das populações em algumas cidades de média dimensão, contribuindo, lenta mas inexoravelmente, para romper equilíbrios ambientais, sócio-demográficos e económicos historicamente sedimentados.” (FERRÃO, 1997). As universidades e os centros de saber vão apresentando estudos com projecções demográficas que colocam o interior num quadro sem futuro, sem gente, sem alma. Os autores destes trabalhos científicos esforçam-se por apresentar números, razões e consequências. Vão a todo o lado e sopram aos quatros ventos o que aí vem se, entretanto, nada for feito para se inverter a situação actual. Estão atentos e preocupados. Mergulharam a fundo nesta questão para apresentarem conclusões e resultados. Dizem-nos que o interior está a morrer aos poucos. Nesta linha e a propósito de novo estudo sobre a geografia da interioridade, Fernando Paulouro manifestava na tribuna do Jornal do Fundão, mais uma vez, a sua preocupação e angústia: “o espaço transfronteiriço há décadas que transporta, do lado português, um destino dramático. O risco ao meio que atravessa longitudinalmente o país até dilatou a fronteira da pobreza e do vazio, como se o espaço fosse terra de ninguém e as periferias mais afastadas das autoestradas estivessem condenadas à morte anunciada por populações cada vez mais envelhecidas, para as quais já não há soluções – nem as que a Europa desenhava como último recurso.” (NEVES, 2012: 125)

### 3. TERRITÓRIO, A ÚLTIMA FRONTEIRA DA CIDADANIA

A questão da interioridade é um problema complexo e de difícil resolução. Já se ensaiaram muitas respostas e soluções. Todas falharam na medida em que o território interior continua a afastar-se dos níveis de convergência em relação às zonas do litoral de Portugal e também da União Europeia. Este território reclama soluções e futuro. Reclama uma nova visão, mais eficaz, que introduza um novo pragmatismo onde tem abundado o voluntarismo. Neste quadro, “o território não é uma simples realidade geográfica – um suporte físico de vida. Pelo contrário, os territórios são meios de vida, patamares de organização colectiva, contextos de acção e de iniciativa – são recursos em que as pessoas se reconhecem e que, por isso, utilizam. Os territórios são também a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Eles formam-se pela proximidade e consolidam-se pelas relações de que são parte. Um território integrado em relações importantes, insularizado, remetido para a sua natureza básica de espaço geográfico não é, verdadeiramente, um território – é apenas um espaço confinado”. (REIS, 1997)

LUÍS MIGUEL FONSECA DO NASCIMENTO  
 A CULTURA COMO CAMINHO DE AFIRMAÇÃO, COESÃO E DESENVOLVIMENTO DAS GEOGRAFIAS DA INTERIORIDADE EM PORTUGAL



E para que o território possa ganhar etapas ao futuro e recuperar o tempo perdido é necessário que esta geografia seja também um espaço mobilizador, onde se exerçam solidariedades na planificação estratégica e na acção e onde, sobretudo, se exerça a cidadania. E esse movimento deve fazer, como diz o economista Augusto Mateus, tudo o que estiver ao seu alcance para não tornar “a sociedade dependente do Estado, porque não há desenvolvimento económico e social sustentável se a maioria dos rendimentos depender da despesa pública.” (EXPRESSO, 2017)

O geógrafo João Ferrão tem vindo a abordar o território como “a última fronteira da cidadania” (FERRÃO, 2001). Este é um entendimento que parece ajustado à realidade dos nossos dias, nomeadamente no contexto de confronto entre a identidade local e a globalização. O mundo globalizou-se.

Vivemos numa aldeia global onde tudo acontece a uma velocidade vertiginosa. As novas tecnologias da informação e comunicação e também a pressão dos mercados globais tem vindo a regular tudo no mesmo sentido fazendo com que as comunidades locais percam identidade. Neste sentido e “para os que partilham visões de localismo globofóbico, o território (aqui identificado como espaço geográfico) é a única fonte segura de cidadania, não por razões político-administrativas mas porque o «local» constitui o último espaço de resistência, e portanto de sobrevivência, de práticas sociais, valores e actividades em perigo de extinção por influência de poderosos factos externos associados aos processos de globalização.” (FERRÃO, 2001:11).

No âmbito deste artigo o exercício da cidadania está intimamente ligado à necessidade de promoção do necessário equilíbrio para que o território da interioridade possa beneficiar das vantagens da globalização sem perder a identidade ancestral e sem desvalorizar a cultura, os costumes e valores. Defender o território é, certamente, um acto de cidadania. E para esta demanda todos os actores estão convocados na medida em que ela exige um esforço enorme e também uma grande concertação entre as instituições públicas, os agentes privados e todos os cidadãos comprometidos com a sua geografia de afectos. Neste cenário, o “território constitui, de facto, uma componente essencial dos processos de construção social da cidadania, pelos contextos particulares de interacção social e de acção colectiva que propicia. Mas não detém, obviamente, o monopólio desses processos. O mundo de hoje, mais do que nunca, pressupõe uma articulação complexa entre identidades exclusivas e identidades universalistas (FERRÃO, 2001: 12).



Aldeias de Xisto/Martim Branco (Fotografia: José António Costa)

É também por isso que os territórios do interior não podem fechar-se sobre si e muito menos barrar as portas à novidade, à inovação e à mudança que necessariamente terá que acontecer em função dos tempos que correm. Os actores locais, devidamente concertados e mobilizados, devem erguer novos castelos de defesa dos territórios, mas com mais inteligência e versatilidade estratégica no sentido de defenderem a identidade mas, ao mesmo tempo, deixarem entrar a novidade e a inovação. É por aí que se pode reconstruir o interior começando por se destruir a interioridade como também refere João Ferrão. E esta ideia vai ao encontro do reforço da cidadania e do cumprimento de estratégias activas de inclusão que estimulem a mobilização de “actores individuais e colectivos, integrá-los em objectivos comuns e em linhas de rumo estrategicamente partilhadas, co-responsabilizá-los na missão de criar condições de desenvolvimento para as regiões onde vivem e actuam.” (FERRÃO, 1997)



Aldeia Histórica/Castelo Novo (Fotografia: José António Costa)

#### 4. PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Num tempo de grandes incertezas, de avanços e recuos sobre os caminhos do projecto comum europeu a UE consagrou o ano de 2018 ao património cultural. Trata-se de um grande sinal e de um forte estímulo à mobilização sobre “o que é próprio e do que é comum. A memória das guerras e em especial da II Guerra Mundial obriga-nos a pensar que uma cultura de paz europeia só poderá ser duradoura se à dimensão económica e monetária soubermos aliar a expressão cultural e política, com a qual poderemos tecer a coesão, a justiça distributiva, a equidade intergeracional e o primado da aprendizagem. Longe das boas intenções que enchem o inferno, precisamos de cuidado e atenção para o que somos, de onde vimos e para onde vamos”. (MARTINS, 2017)

O alcance deste ano europeu pode constituir-se como a alavanca necessária para unir o que anda disperso, resgatar a memória, reforçar a identidade e conferir mais coesão ao território e promover equilíbrios nos territórios ultraperiféricos do espaço comum. A compreensão do património em todas as suas latitudes permitirá que assumamos uma cidadania mais consciente, presente e actuante. A questão do património é muitas vezes reduzida ao tempo do passado.

Nada de mais errado. O património é, sobretudo, “a memória viva, seja ela referida a monumentos, sítios, tradições, seja constituída por acervos de museus, bibliotecas e arquivos. Mas, fundamentalmente, tratamos de conhecimentos ou de expressões da criatividade humana...Ter memória é, assim, respeitarmo-nos.” (MARTINS, 2017)

Na verdade, o património e os museus “desempenham um papel importante no que concerne que à criação de consciências pessoais, quer no que diz respeito à construção e representação de identidades locais, regionais ou nacionais, em virtude do seu posicionamento enquanto instrumentos pedagógicos e ideológicos.” (ANICO, 2005) Nesse sentido o património sempre esteve relacionado com a “identidade, com valores não materiais, simbólicos, e com a memória dos indivíduos e dos grupos. Sem memória não há pessoa, não há projecto, não há sentido de comunidade (...)” (JORGE, 2000: 20)

Reforça-se que a identidade e a memória estão associadas aos museus e ao património subjacente aos museus que, por sua vez, “são instituições sociais complexas que ocupam um lugar fundamental no circuito cultural e na mediação entre cultura e sociedade. Estes espaços culturais criam novos sentidos e re (definem) a realidade, pelo que são considerados práticas de significação. E é nessa condição que se revelam instituições essenciais na conservação e produção de identidades e memórias colectivas.” (MARQUES, 2013: 237)



Museu Francisco Tavares Proença Júnior/Castelo Branco. (Fotografia: José António Costa)

As instituições públicas, a administração central, regional e local têm responsabilidades acrescidas na intervenção sobre o património mas não detêm a exclusividade da preocupação e, sobretudo, da acção que o mesmo deve merecer das comunidades que com ele se identificam, na medida em que ele faz parte de qualquer processo de afirmação territorial, nomeadamente dos territórios que constituem essa imensa periferia da interioridade. A recuperação da memória e “apropriação pelas comunidades rurais do seu património colectivo, o reconhecimento destes temas por diversas convenções internacionais e a apetência de largos estratos da população urbana por estas referências correspondem a novas atitudes a explorar” (BATISTA; JACINTO; MENDES, 2009: 168). Por isso, compete às populações, no exercício do seu direito e dever de cidadania, “o papel de desenvolver ações que reforcem o tecido económico, social e cultural, local, nomeadamente através da reconstrução e valorização das memórias e identidades.” (AMADO; CARVALHO, 2013: 248)

Neste sentido, precisamos de olhar com mais atenção para o que está à nossa volta, valorizar o património e, fundamentalmente, o trabalho incansável de todos os que, cumprindo uma verdadeira cidadania, mergulharam no tempo e no espaço da história, escavando fundo, com tanto entusiasmo como sacrifício, para nos deixarem um legado histórico-cultural fortíssimo que é, sem dúvida, um extraordinário caminho que devemos continuar a trilhar se quisermos perceber melhor quem somos, para onde devemos ir e, sobretudo, se quisermos redescobrir a nossa identidade cultural. Tantas vezes procuramos fora o que temos dentro. Tantas vezes procuramos longe o que temos perto. Por isso, precisamos de olhar com mais atenção para entendermos melhor o chão que pisamos todos os dias. Ao valorizarmos o património e a memória estamos a eliminar as fronteiras do esquecimento e a construir pontes que permitem o desenho de um futuro diferente, com mais luz e, certamente, mais identidade.

## 5. O CONTRIBUTO DA CULTURA PARA A COESÃO E DESENVOLVIMENTO

A aposta na cultura como factor estratégico de desenvolvimento do território interior, principalmente em associação com outros sectores como a restauração, o turismo e as indústrias criativas pode constituir-se como um caminho de futuro que possa, a par de outros instrumentos e estratégias, devolver a esperança ao interior. É preciso coragem política para se

apostar na cultura, nomeadamente como mecanismo de coesão e desenvolvimento de um território em processo de sangria populacional e de desertificação contínua desde há décadas. Mas os agentes, públicos e privados, que o fizerem, concretizando uma linha cultural de valorização do potencial endógeno que, sem desvirtuar a essência da memória e da identidade, consiga metamorfosear tempos e espaços de intervenção geradores de riqueza e postos de trabalho, poderão prestar um contributo inestimável para a coesão e desenvolvimento dos territórios do interior de Portugal que, apesar de todas as fragilidades diagnosticadas, evidencia também enormes potencialidades que necessitam de uma oportunidade para se transformarem num caminho a empreender.



Jardim do Paço / Castelo Branco (Fotografia: José António Costa)

A cultura tem vindo a ganhar espaço como factor de competitividade e a ganhar lugar cimeiro nas estratégias de “desenvolvimento regional, local e urbano, com o património cultural, embora ainda muito associado ao turismo, a assumir, quer nas suas formas materiais, quer nas versões imateriais, um lugar de destaque nas últimas décadas. O “interface” entre cultura e economia não se esgota, nem se limita, no entanto, ao turismo, abrangendo um conjunto muito diversificado e alargado de outras actividades. (MATEUS, 2010: 9)

Diversos especialistas convergem na evidente vocação de Portugal tornar a economia da cultura um vector de desenvolvimento estratégico, com base na sua enorme diversidade cultural, capacidade criativa e competitiva, nomeadamente: “facilidade de absorção de novas tecnologias; criatividade e vocação para a inovação; disponibilidade de profissionais de alto nível em praticamente todos os segmentos de produção cultural; alta qualidade e boa aceitação de seus produtos culturais em diferentes mercados; património paisagístico, histórico e arqueológico, espalhado por todo o país, algum já classificado como património da humanidade; gastronomia, artesanato genuíno; uma boa rede de museus disseminados por todo o país; diversos festivais internacionais e nacionais de música; potencial para a criação de inúmeras rotas capazes de atrair visitantes variados e com elevado poder de compra em apelativo turismo cultural.” (MANSO, 2013: 23)

Neste sentido e para além da questão nacional entende-se que as estratégias de desenvolvimento regional promovam a concertação de esforços e mobilizem os agentes locais e regionais, públicos e privados, contribuindo, através de uma visão partilhada e alargada, para “o aumento da coesão social desses territórios, seja porque a valorização, reutilização e animação do património histórico e cultural alavancam a probabilidade de sucesso das estratégias económicas, pelos efeitos de rede e pelos sentimentos de identidade e coesão que fazem emergir, seja porque geram ambientes humanos e sociais mais propícios ao risco, à iniciativa e à criatividade.” (MATEUS, 2010: 9)

## 6. A UNIDADE DE MISSÃO, UM CAMINHO INICIADO

O actual governo de Portugal assumiu, no seu programa de actuação, que um dos objectivos prioritários é a “afirmação do «interior» como um aspeto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial, promovendo uma nova



abordagem de aproveitamento e valorização dos recursos e das condições próprias do território e das regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento e competitividade.” (RSC nº72/2016, p.4154)

Para o cumprimento deste desiderato “foi criada a Unidade de Missão para a Valorização do Interior e definida a sua missão (...) com o objectivo imediato de, pela primeira vez, se definir uma estratégia nacional para o desenvolvimento do interior e a coesão territorial.” (RSC nº72/2016, p.4154)

Não entrando em caminhos de interpretação ou avaliação política desta intenção do governo entendendo, ainda assim e respeitando também todas as opiniões em contrário, que esta perspectiva que agora se desenha merece, pelo menos, o benefício da dúvida, considerando-se, ao mesmo tempo, que representa o início de um percurso que pretende reverter a situação em que o interior se encontra, como refere a primeira coordenadora da Unidade de Missão, Helena Freitas: “A perda de coesão territorial e social nestes territórios tem vindo a agravar-se, e convoca-nos para a procura urgente de soluções que contraria uma trajetória insustentável. Este é o desígnio do Programa Nacional para a Coesão Territorial”. (PNCT, 2016: 3)

Esta missão afirma-se também como uma necessidade urgente em “desconstruir uma falsa percepção de interioridade que desvirtua o potencial destes territórios. É urgente afirmar pela positiva o interior do país, impondo-se políticas públicas orientadas para este fim.” (PNCT, 2016: 3)

No presente artigo não cabe a análise da amplitude do trabalho desta Unidade de Missão mas apenas o que a mesma propõe ao nível de medidas específicas e sectoriais, do alinhamento de competências e investimentos, bem como de projectos estruturantes, na área da cultura e do património cultural, como caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento das geografias da interioridade em Portugal.

Esta nova perspectiva de enquadramento da interioridade pretende apostar no desenvolvimento económico inteligente e no reforço das actividades em rede, assumindo “uma nova abordagem de base local, mais colaborativa e mais próxima, que promova uma participação ativa e um envolvimento empenhado de autarquias locais, comunidades intermunicipais, associações, empresas e pessoas na construção de um interior mais coeso, mais competitivo e mais sustentável.” (PNCT, 2016: 4)

A proposta de actuação do Programa Nacional para a Coesão Territorial encontra-se estruturada em 5 objectivos e eixos de intervenção. Este artigo apenas se debruçará sobre os eixos dois e três, e respectivas medidas, considerando que estes estão directamente relacionados com o objecto da nossa análise.

Neste sentido, o Eixo 2 (Um território interior mais competitivo) tem como objectivo “alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade”. (PNCT, 2016: 15)

Neste eixo destaca-se a vontade da realização de “um esforço concertado de valorização da identidade competitiva destes territórios, reforçando a respetiva afirmação identitária e inovando na configuração das suas ofertas territoriais e respectivas dinâmicas operacionais, reposicionando o interior de Portugal como espaço de uma nova atratividade” (PNCT, 2016: 15) e também a seguinte medida: criação da Plataforma de reserva de património. (PNCT, 2016: 43)

O Eixo 3 (Um Território Interior + Sustentável) tem como objectivo “potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os espaços periféricos. Neste eixo refere-se que “a mobilização do património natural e cultural deverá jogar um papel de crescente importância num processo de desenvolvimento dos territórios do interior, compatibilizando a conservação e salvaguarda dos valores em causa com novas utilizações sustentáveis, que beneficiem as comunidades locais e atraiam visitantes e novos residentes.” (PNCT, 2016: 16)

Nesta linha de intervenção aposta-se na “valorização do património cultural, material e imaterial, público e privado, encontrando novos usos e utilizações, compatíveis com a sua salvaguarda, que propiciem novas fruições” e também na “investigação, no mapeamento, no aprofundamento e difusão do conhecimento e no reforço das competências e das qualificações em torno dos recursos naturais e culturais.

Numa difusão e programação que atenua a sazonalidade e privilegie a qualidade, a circulação em rede e a acessibilidade à natureza e à cultura nos territórios do interior. Numa gestão mais próxima dos valores culturais e naturais que conte com o envolvimento ativo das populações locais” (PNCT, 2016: 16)

Este eixo contempla, entre outras, as seguintes medidas direccionadas para a cultura e património cultural: Mapa dos Valores Ambientais e Culturais; Valorização do Capital Territorial; Redes Portuguesas de Museus, Teatros, Cineteatros Municipais, Arquivos, Bibliotecas e Cineclubes; Artes e Ofícios Tradicionais; Favorecer a Dimensão Transfronteiriça do Património Cultural; Roteiros Culturais; Requalificação do património classificado; Cinema; Apoio ao Associativismo Cultural; Valorização do Património Imaterial; Rede EUNICE; AMEC – Associação Música-Educação e Cultura e Plano Nacional de Leitura.

O tempo é ainda curto para que se possa perceber o alcance deste programa nacional para a coesão e valorização do interior e os efeitos e consequências da aposta nesta agenda para o interior. Porém, depois de décadas de abandono, de indiferença e da aplicação de medidas avulsas em autênticos processos de descontinuidade regista-se, com alguma esperança, a aposta na cultura como caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento das geografias da interioridade em Portugal.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desertificação do território interior de Portugal é processo continuado desde há décadas (anos 60, do séc. XX). A reversão desta situação requer inteligência, paciência, sonho, paixão e estratégia. Não existem grandes entusiasmos na medida em que os cidadãos e as instituições há muito que consideram a causa do interior como perdida e uma fatalidade que é preciso enfrentar. Mas no meio da descrença, mais do que justificada, há resistentes e resilientes que teimam em fintar o destino. Agora, e apesar de todas as dificuldades de contexto, surge uma luz ao fundo do túnel. Espera-se que a cultura seja, sem exclusão de outras articulações estratégicas, o caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento do interior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, M.; CARVALHO, P. (2013); Museus e desenvolvimento local – o exemplo do Museu do Pão (Seia); Cadernos de Geografia, n° 32; Coimbra, FLUC – pp 247-260
- ANICO, M. (2005); A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade; Horizontes Antropológicos, vol. 11, n° 23, Porto Alegre / <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000100005> (consultado a 30.09.2017)
- BATISTA F.; JACINTO, R.; MENDES, T ( 2009); Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança; Ed. Câmara Municipal de Proença-a-Nova, Centro de Ciência Viva da Floresta.
- CHOAY, F. (2006); A Alegoria do Património; Edições 70; Maio de 2006.
- FERRÃO, J. (1997); Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores; Colóquio promovido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, durante a Jornada da Interioridade realizado a 13 de Junho em Idanha-a-Nova.
- FERRÃO, J. (2001); Território, a última fronteira de cidadania? Cadernos de Geografia de Coimbra.
- JORGE, V. O. (2000); Arqueologia, Património e Cultura; Instituto Piaget; Coleção: O Homem e a Cidade; Lisboa.
- LE GOFF, J. (1997); Património histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto.
- MANSO, J. (2013); A Economia da Cultura: Vetor Estratégico de Desenvolvimento para Portugal; Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, n° 2.
- MARQUES, J. (2013); Museus Locais: conservação e produção da memória colectiva; Revista Vox Musei arte e património; Vol 1 (2); pp. 235-246
- MARTINS, G. (2017); O tecido cultural da Europa; Diário de Notícias, edição de 16.11.2017
- MATEUS, A. (2010); O Sector Cultural e Criativo em Portugal; Estudo para o Ministério da Cultura (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais); Relatório Final.
- NASCIMENTO, M.I (2017); Beiranidade; Jornal Fórum Covilhã; edição de 21.03.2017
- NEVES, F. (2012); Crónica do País Relativo – Portugal, minha questão – Volume I; A.23 Edições.
- NEVES, F. (2013); Crónica do País Relativo – Portugal, minha questão – Volume II; A.23 Edições.
- REIS, J. (1997); Interior, desenvolvimento e território; Colóquio promovido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, durante a Jornada da Interioridade realizado a 13 de Junho em Idanha-a-Nova.
- SARAMAGO, J. (2015); A Jangada de Pedra; Porto Editora.

#### OUTRAS REFERÊNCIAS

EXPRESSO, Jornal (2017); edição de 20.11.2017

PNCT (2016) - Programa Nacional para a Coesão Territorial; República Portuguesa; Unidade de Missão para a Valorização do Interior

PUBLICICO, Jornal (2016); edição de 26.12.2016

RCM - Resolução do Conselho de Ministros - n.º 3/2016

RCM - Resolução do Conselho de Ministros - n.º 72/2016

UMVI (2016) - Unidade de Missão para a Valorização do Interior; O Interior em Números – Bases para um diagnóstico;

#### RECURSOS ONLINE:

<http://www.pnct.gov.pt>